

O educador contemporâneo nos espaços educativos não escolares: desafios e possibilidades¹

Jemmerson Antonio de Souza², Helenice Maria Tavares³

Resumo

Esse artigo parte do seguinte questionamento: qual o papel do educador nos espaços educativos não escolares da educação não formal? Foi produzido com intuito de conhecer a realidade dos profissionais que atuam nesses espaços, sua importância e o papel que lhe é atribuído. Teve também a finalidade de evidenciar nesta produção o contexto educacional da prática pedagógica, dos espaços educativos não escolares. As diferenças desses novos espaços de atuação dos educadores contemporâneos e sua forma de organização. Para concretização deste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica da qual utilizou como referência ideias de alguns autores como Gadotti (1983), Freire (1993), Amui (1999), Garcia (2001) e Simnson (2001). E como produto final, obteve a compreensão de que este cenário de atuação pedagógica é recente no âmbito educacional. Dessa forma, os educadores que atuam nesta área enfrentam muitas dificuldades, porém, devem ser tão valorizados como os profissionais dos espaços educativos formais de ensino.

Palavras-chave

Educação. Educador. Educação não formal. Espaços Educativos Não Escolares. Terceiro Setor.

1. Artigo elaborado como exigência para conclusão do curso de graduação de licenciatura em Pedagogia da Faculdade Católica de Uberlândia.

2. Graduando do curso de licenciatura em Pedagogia da Faculdade Católica de Uberlândia. E-mail: jemmersonsouzas@bol.com.br

3. Mestre em Educação pela Cambridge International University, professora orientadora no curso de Pedagogia da Faculdade Católica de Uberlândia. E-mail: tavareshm@netsite.com.br

The contemporary educator at non school educative spaces: challenges and possibilities*

Jemmerson Antonio de Souza**, Helenice Maria Tavares***

Abstract

This article begins following questioning: what is the paper of the educator at non school educative spaces of informal education? It has been produced with intention to know the reality of the professionals who act in these spaces, its importance and the role that is attributed to it. This article also had the purpose to evince the practical educational context of the pedagogical practice of non school educative spaces. The differences of these new spaces of contemporary educators performance and its manner of organization. To the realization of this study, a bibliographical research has been accomplished that used as reference some ideas of authors as Gadotti (1983), Freire (1993), Amui (1999), Garcia (2001) and Simnson (2001). And as final product, it had the comprehension that this scenario of pedagogical performing is recent on educational scope. This way, educators who act in this area face many difficulties, however they must be as upside as the professionals of the formal educative spaces.

Keywords

Education. Educator. Informal Education. Non School Educative Spaces. Third Sector.

* Elaborated article as requirement for graduation conclusion in Pedagogy at Faculdade Católica de Uberlândia.

** Graduating in Pedagogy at Faculdade Católica de Uberlândia. E-mail: jemmersonsouzas@bol.com.br

*** Master degree in Education by Cambrige International University, counselor teacher of Pedagogy at Faculdade Católica de Uberlândia. E-mail: tavareshm@netsite.com.br

Introdução

O tema deste estudo se baseia e norteia sua pesquisa pelo seguinte questionamento: Qual a função, papel, formas de atuação e organização dos educadores nos espaços educativos não escolares?

O estudo aqui desenvolvido teve a finalidade de fazer uma pequena explanação sobre a estrutura organizacional e o trabalho realizado nos espaços educativos não escolares. Assim serão abordados aspectos como: sua forma de organização, estrutura de funcionamento, conhecimento do seu desenvolvimento histórico, político e social. Os objetos de estudo, do presente tema, buscaram a maior compreensão do papel dos profissionais da educação que atuam nessa modalidade de ensino.

Esse artigo foi produzido com intuito de fazer uma reflexão sobre os espaços educativos não escolares e com isso proporcionar aos educadores desse segmento mais conhecimento técnico-científico à sua prática cotidiana. Além disso, elencar maiores discussões entre os estudiosos do assunto, pesquisadores e pessoas de qualquer área que se interessem por este assunto.

Foi utilizada, como metodologia de trabalho, a pesquisa bibliográfica, que segundo Cervo; Bervian (1999): “consiste na procura de referências teóricas publicadas em documentos, tomando conhecimento e analisando as contribuições científicas ao assunto em questão. Por ser de natureza totalmente teórica, é parte obrigatória de outros tipos de pesquisa”.

Algumas obras foram produzidas por autores reconhecidos na área da educação, que já vivenciaram vários contextos e interfaces desse campo de conhecimento. Entre eles podemos citar Freire (1983) e Gadotti (1983). Estes e outros autores demonstram sua visão da área abordada, assim como deixa contribuições com pesquisas consideradas novas e ainda recentes sobre educação e espaços educativos não escolares.

Educação: significados e conceitos

Freire (1983) coloca a questão da intensa relação ligada ao homem, pois para ele, não podemos falar de educação sem pensar no próprio ser humano. Assim, é necessário um estudo filosófico e antropológico da essência humanística, para que se possa entender o processo de construção e efetivação da Educação na sociedade. Não vamos entrar em aprofundamentos mais específicos sobre estas questões, bastando entender o que significa educação. Assim, podemos encontrar a raiz e o conceito mais etimológico do termo.

A educação é uma resposta à finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, por que este é inacabado. Isto leva à sua perfeição. A educação, portanto, implica numa busca realizada por um sujeito [...]. O homem deve ser o sujeito da sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém (FREIRE, 1983, p. 27-28).

Então, para que uma sociedade que é composta por diferentes tipos de pessoas e organizadas em classes distintas possa se organizar e, assim, ter algum tipo de ato educacional, basta às pessoas pensarem e refletirem sobre si mesmas. Por isso, compete à educação a tarefa de auxiliar nessa reflexão. Devemos, então, nos remeter à ideia lógica de que não há ninguém sem educação ou que não seja educado, apenas temos níveis e tipos de educação diferentes. E nesta relação de educação, o homem deve estar presente, com seus valores e atitudes necessários para que isso aconteça. Assim, já sabemos que para que a educação aconteça, é necessário que alguém tome frente de seus ideais, organize e efetive esses saberes necessários.

Encontramos diversas expressões para

conceituar e dar significado ao acontecer educativo: processo educativo; prática educativa; atividade educacional entre outros.

Junto com estas denominações encontramos, também, vários tipos de educação: rural; ambiental; sexual; de trânsito; escolar e outros. (Libâneo, 2004, p. 72), mostra em suas ideias, o significado etimológico da palavra educação, que tem um sentido mais global e geral da nossa sociedade: “origem latina dos dois termos: educar (alimentar, cuidar, criar) [...] *educere* (tirar para fora de, conduzir para, modificar um estado)”.

Outros autores ainda questionam e refletem sobre o significado desses dois termos: “Alimentar educar. Não serão estas duas tendências seculares e frequentemente em conflito de educação ora preocupada antes de tudo em alimentar a criança de conhecimentos, ora em educá-la para tirar dela todas as possibilidades?” (MIALARET, 1976 apud LIBÂNEO, 2004, p. 72).

Temos, então, na educação os meios e as formas de adquirir os conhecimentos necessários para vida social. Ela favorece ao desenvolvimento dos aspectos físicos, biológicos, psicológicos e mentais. É pela educação que poderemos nos tornar meros reprodutores da ideologia da qual estamos cercados ou transformadores da nossa realidade, produzindo novos conhecimentos e modificando nossa forma de vida. Quem faz esta educação são os adultos, que passam para as crianças como deverá ser sua conduta como indivíduo integrante da teia social. Porém, não há como controlar, como essas crianças se desenvolverão ao longo do tempo, ou seja, que tipo de adulto vão se tornar.

A educação é ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para vida social: tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial que a criança se destine (DURKHEIMEN, 1967 apud LIBÂNEO, 2004, p. 77).

O indivíduo só é educado por meio da interação com o meio, segundo alguns teóricos da corrente interacionista da educação. A criança aprende convivendo com os conhecimentos que passam a ser exigidos pelas variadas situações rotineiras. Assim, é por meio das experiências que o sujeito vai desenvolver suas habilidades cognitivas, afetivas e sociais, pois ninguém aprende sozinho.

A educação não é a preparação para vida, é a própria vida [...]. A educação é uma constante reconstrução ou reorganização da nossa experiência, que opera uma transformação direta da qualidade da experiência, isto é, esclarece e aumenta o sentido da experiência e, ao mesmo tempo, nossa aptidão para dirigirmos o curso das nossas ações subsequentes (DEWEY, 1979, apud LIBÂNEO, 2004, p. 75).

A educação é base de qualquer organização social, digamos que ela seria a espinha dorsal de uma sociedade. É por meio da educação que o indivíduo é preparado para ser inserido no contexto social, em que nasce e vai viver durante algum tempo considerável. Autores como Libâneo (2004), Gadotti (1983) e Freire (1983) colocam assim toda responsabilidade de estruturação, funcionamento, organização e mudança social na educação.

A educação é uma função parcial integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural, e ao mesmo tempo cunhada socialmente, da regeneração dos sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social. A história do progresso social é simultaneamente também um desenvolvimento dos indivíduos de suas capacidades espirituais e corporais em suas relações mútuas. A sociedade depende tanto da formação e da evolução dos indivíduos que a constituem, quantos estes podem desenvolver suas relações sociais (LIBÂNEO, 1983, p. 32).

Assim, a educação é parte integrante e

essencial de qualquer meio social. É pela educação que ocorre a transformação do meio. Por ela são passadas e refletidas várias questões, ligadas a: saúde, cultura, economia e desenvolvimento de uma forma geral. A educação é o meio de sistematizar o modo de vida da sociedade.

A educação e suas modalidades: os tipos de práticas educativas

Temos em nossa sociedade vários tipos de educação que são desenvolvidos pelos seres que nela vivem. Os educadores progressistas descartam a ideia de que o processo ou ato educacional seja isolado.

Encontramos nas ideias de Libâneo (2004), algumas modalidades da educação que convém comentar neste estudo. Vamos começar com os dois tipos essenciais de educação: intencional e não intencional.

A prática educativa em que não ocorre um planejamento, sistematização e não há uma intencionalidade explícita é denominada não-intencional. Temos e conhecemos este tipo de educação, desde que nascemos. Partindo já do princípio organizacional da sociedade, temos neste tipo de educação duas vertentes que têm sua ideologia política, econômica e cultural.

De um lado, essa educação pode contribuir para que de alguma forma, continuemos a reproduzir o sistema vigente, ou, tentar mudar o que estamos vivenciando. As práticas e situações vivenciadas, em casa, no bairro, nas instituições religiosas e com as pessoas que convivemos, é a forma de recebermos este tipo de educação não intencional. Como isso ocorre de forma não sistematizada e de forma, digamos que, incontrolável chamamos este processo de educação informal.

Os fatores naturais [...] os aspectos físicos e biológicos [...] exercem uma ação educativa. [...] o ambiente social, político e cultural implicam sempre mais processos educativos quanto mais à sociedade se desenvolve. Os valores, costumes, ideias, a religião [...] os

movimentos sociais, as práticas de criação de filhos, os meios de comunicação social são forças que operam e condicionam a prática educativa. [...] boa parte delas ocorre de forma não-intencional [...] é muito em virtude desses fatores e influências [...] que se dá o processo de socialização (LIBÂNEO, 2004, p. 87)

Ainda Libâneo (2004) não considera a modalidade educacional não-intencional, como sendo o todo do processo educativo, pois, de acordo com ele, a socialização embutida no objetivo da educação, só acontece de forma intencional e sistematizada. Para que a sociedade possa de alguma forma repassar sua ideologia, é necessário que haja uma sistematização do que tem que ser repassado. Assim, temos outra modalidade educacional: a educação intencional.

A capacidade de aproveitar experiências não preparadas varia conforme a compreensão de experiências conjuntas anteriores, uma vez que há um mínimo de integração dos indivíduos nos grupos do qual nem poderá aprender as situações comuns que não terão sequer sentido para ele. (RIBEIRO, 1965 apud LIBÂNEO, 2004, p. 88).

Esse tipo de educação surge das mudanças e transformações ocorridas na sociedade ao longo da história. A modernização advinda com os movimentos tecnológicos e econômicos, como a Revolução Industrial, tornou necessária a participação de todos os indivíduos da sociedade.

Educação intencional: formal x não formal

Dentro da forma de educação intencional, encontramos dois tipos distintos de educação: formal e não formal. A primeira questão que devemos entender para compreender esses dois tipos de atos educacionais, formal e não formal, é que nem toda educação que está fora dos parâmetros considerados

formais é um tipo de educação informal.

Retomando o que seria educação informal, temos que é “o processo contínuo de aquisição de conhecimentos e competências que não se localizam em nenhum quadro institucional, acrescentado ainda se caráter não intencional” (NASSIF, 1980 apud LIBÂNEO, 2004, p. 90).

O termo formal nos lembra alguma coisa séria, concreta, da qual temos contato e que temos que seguir. “Formal refere-se a tudo o que implica forma, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo em que se configura” (LIBÂNEO, 2004, p.88). Ou seja, todo sistema educativo, que seja estruturado e tenha um nível de organização é planejado sistematicamente e intencionalmente, é considerado formal. A educação escolar, com todos seus níveis de ensino é considerada um exemplo tipo desta educação.

O documento sistematizado que rege este tipo de educação em nossos país é a Lei 9394/96, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ela foi sancionada em 20 de dezembro de 1996 e trás como sendo a educação formal do Brasil a: Educação Básica (Educação infantil, Ensino Fundamental, Ensino médio e Educação de Jovens e Adultos) e o Ensino Superior.

Título I - Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, p. 17).

A educação formal então é aquela que se obtém nas escolas oficiais (públicas ou particulares), cujos cursos são reconhecidos

pelo Ministério da Educação e Cultura, órgão que administra a educação nacional. Os níveis de educação formal concluídos devem ser comprovados por meio de certificados e diplomas igualmente registrados nos mesmo órgão. Esta modalidade de educação, então, pode ser resumida como aquela que está presente no ensino escolar institucionalizado, cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturado.

Em contrapartida há outras formas de educação, que ainda não possuem leis que regulamentam seu funcionamento, enquanto instituição educacional, com estrutura didático-pedagógica estabelecida e supervisionada por órgãos específicos.

Existem ainda formas de educação que, apesar de não serem tão estruturadas ou sistematizadas, são consideradas tipos de educação intencional. Estamos falando de ações que ocorrem fora da educação escolar e que são denominadas educação não formal. Esta modalidade pode ser definida como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino. “A educação não formal, por sua vez, são aquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém, com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente em relações pedagógicas, mas não formalizadas” (LIBÂNEO, 2004, p. 89).

Já na instituição formal escola podemos encontrar algumas práticas deste tipo de educação como as atividades extraclasse no contraturno que complementam os conhecimentos adquiridos nos bancos acadêmicos, tais como feiras culturais, atividades de lazer e eventos que envolvem a escola à comunidade.

A educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática, pois ao contrário da educação formal, ainda não possui leis e diretrizes para seu trabalho. Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de progressão. Podem ter duração variável e podem, ou não, conceder certificados

de aprendizagem, porém, sem reconhecimento específico de órgão regente da sua organização.

Podemos observar que as três modalidades de educação estão de alguma maneira interligadas, pois o indivíduo é, também, resultante de um meio social, político, cultural e familiar. Meios também permeados pela educação informal tanto quanto pela não formal e a formal.

Ao longo do tempo a modalidade de ensino não formal, vem se destacando na área educacional e crescendo de maneira visível no cenário da sociedade brasileira contemporânea. Isto vem acontecendo, pois ela caracteriza de maneira diferenciada da escola formal e ao mesmo tempo completa as lacunas deixadas pela escola regular.

Essa modalidade vai além dos muros da escola formal, que, por sua vez, preocupa-se em transmitir e sistematizar conteúdos socialmente acumulados. No entanto, a preocupação na educação não formal é devido à transmissão do conhecimento de forma sistematizada, mais flexível, sem mensurar ou apreender o educando.

Usualmente se define a educação não formal por uma ausência, em comparação ao que há na escola (algo que seria não intencional, não planejado, não estruturado), tomando como único paradigma a educação formal.

O que difere a modalidade formal da não formal é relativamente a organização e a estrutura do processo de aprendizado.

A transmissão do conhecimento acontece de forma não obrigatório e sem a existência de mecanismos de repreensão em caso de não aprendizagem, pois as pessoas envolvidas no e pelo processo ensino-aprendizagem e tem uma relação prazerosa com o aprender (SIMSON, 2001, p. 10).

Neste tipo de modalidade educacional, a proposta de educação funciona como espaço de prática de vivência na qual será proporcionado lazer e permissão ao educando poder movimentar-se e expandir-se. Além de que esses espaços favorecerem um aprendizado de forma mais prazerosa, oportunizam a troca

de experiências, de formação de grupos, de contato e mistura de diferentes idades. Para a efetivação da proposta da educação não formal o educador procura desenvolver atividades que oportunizem situações diversas de maneira a contribuir com a formação social do indivíduo.

Essa especificidade intencional de educação vem aos poucos ganhando espaço e notoriedade no Brasil. Com isso, são abertas novas oportunidades para as crianças e adolescentes, não somente em situação de risco, mas que de alguma forma precisam ser aparadas, enquanto seus responsáveis saem para o trabalho. Isto acontece principalmente, porque o Estado ainda não criou mecanismos para que este tipo de educação ocorra de forma integral, dentro das instituições de ensino formal.

Atualmente, diferentes instituições oferecem esta modalidade de ensino: públicas, confessionais e da sociedade civil, principalmente abarcada pelo terceiro setor. Os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam as atividades da educação não formal são múltiplos, a saber: no bairro-associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas organizações não governamentais, nos espaços culturais, nas próprias escolas e nos espaços interativos dessas com a comunidade educativa etc.

Segundo Simson (2001), as instituições que oferecem esta modalidade vêm crescendo desde a segunda metade dos anos 80, sendo que hoje, na região sudeste, existem 278 instituições: em São Paulo, existem 173 e na região de Campinas, 17. Buscando traçar um quadro de atuação dessas instituições na região metropolitana de Campinas e região, a autora realizou uma sondagem da atuação das instituições voltadas para a educação não formal, sendo estas instituições de vários tipos: públicas, religiosas e organizadas pela sociedade civil.

A faixa etária mais comum entre os atendidos são crianças e adolescentes de 06 a 17 anos. Os critérios básicos para selecionar

os atendidos são: matriculados na escola comum e frequência a ela e ao programa estabelecido pela instituição não formal.

O horário de funcionamento são aqueles opostos ao período escolar, chamados por alguns sistemas de ensino de extra ou contraturno. Geralmente, este tipo de atendimento é realizado por profissionais de varias áreas, contratados ou voluntários.

As maiorias das instituições oferecem aos seus atendidos as seguintes atividades: de educação física, artes e artesanato, capoeira, dança, informática, valores humano, formação de hábitos e educação em geral.

A maioria demonstra um trabalho mais pedagogizante do que artístico e também apontam a preocupação em instituir o reforço escolar e em instrumentalizar para o trabalho. Mais sua maior preocupação está nas questões sociais como: violência, droga, racismo, ecologia, valores humanos etc. (SIMSON, 2001, p. 22).

Percebe-se que as instituições de ensino não formal estão, assim como as formais, comprometidas com questões sociais, ambientais, culturais. A flexibilidade na adaptação de conteúdos, a não fixação de tempo e espaço não faz com que tais instituições não possuam uma organização e uma estrutura definida.

A aprendizagem, quando diz respeito à educação não formal, acontece sem que haja uma obrigatoriedade e sem que haja mecanismos de repreensão para o não aprendido, pois as pessoas estão de alguma forma, envolvidas no e pelo processo ensino aprendizagem e em uma relação prazerosa e significativa com o processo de aprender e com a construção do saber (GARCIA, 2001, p. 152).

A mesma autora cita que os espaços de educação não formal deverão respeitar algumas características: apresentar caráter voluntário; promover, sobretudo a socialização e a solidariedade; visar o desenvolvimento; preocupar-se essencialmente com a mudança social; serem pouco formalizados e pouco hierarquizados;

favorecer a participação; e proporcionar a investigação e projetos de desenvolvimento.

A Educação não formal ainda valoriza, considera, amplia e reafirma a cultura do educador e do educando [...]. Sendo que este espaço oportuniza a transformação social, dando aos sujeitos que participam desse processo oportunidades de interferir na história, refletindo-a, transformando-a, logo se transformando centralizadas (GARCIA, 2001, p. 153).

Podemos observar o quanto a educação não formal se diferencia da educação formal. Porém, devemos lembrar que ambas são tipos de educação intencional, e, portanto, são necessárias na sociedade para repassar conhecimento sistematizado. A educação não formal tem a característica de ser mais flexível, uma vez que não tem cobranças por parte do governo para seus resultados e formas de atuação, enquanto que a educação formal, em sua maioria, segue sistematicamente as diretrizes governamentais que lhes são estabelecidas, colocando-se, portanto, a serviço do estado.

O educador na contemporaneidade

Quem é o educador na sociedade contemporânea? Qual seu papel e sua função nesse novo contexto globalizado? Como está sua identidade profissional e pessoal? Como é ser educador hoje em dia?

Ao longo do tempo, do seu desenvolvimento e organização, a sociedade criou um espaço para que os saberes a serem repassados fossem sistematizados e transmitidos de geração em geração: a escola. Neste espaço foi colocado alguém para contribuir com este papel: o educador.

Esta nomenclatura deixou de ser, na atualidade, um termo específico para determinada área da educação, porém, não é totalizante. Mas sabemos que aqueles que buscam desempenhar o papel da melhor maneira possível, podem

e deve ser chamados por educadores.

A identidade de educador, então, deve ser tida como profissão. Segundo as ideias e conceitos construídos por Amui (1999), o magistério é uma ocupação profissional muito difícil por vários fatores, mas o principal é a relação que se dá o tempo com o outro. O educador deve ser intermédio para que seus alunos cumpram os objetivos propostos e a necessidade de desenvolvimento, sem que os alunos se tornem meros reprodutores do que lhes foi repassado. A autora ainda nos mostra quem é esse profissional, e expõe os conceitos psicossociais desse ser educador. "O professor necessita desenvolver duas dimensões: intrapsíquica e interpísica. Primeiro, o Ego forte e estruturado. Segundo, o Eu relação ao outro, os outros (alunos no caso). Confiável, não ameaçados, capaz de atitudes seguras e justas" (AMUI, 1999, p. 27).

Podemos, então, verificar que o indivíduo "professor", considerado atualmente por muitos teóricos como educador, tem, além de sua figura profissional, uma essência e vida própria. Essa figura, tão importante e presente nos contextos educacionais, sejam eles formais ou não formais, vem assumindo novos papéis e identidades no processo de mudanças que ocorrem constantemente no século XXI. Por isto, este profissional precisa ter um autoconhecimento, para saber das suas fragilidades e habilidades e assim contribuir de forma mais efetiva para o trabalho em sala de aula.

A função dos educadores na sociedade pós-contemporânea, denominada assim por alguns pesquisadores renomados como Gadotti (1983), vai muito além dos conteúdos acadêmicos ministrados na sala de aula.

O educador deve ter consciência que está em um mundo de constantes e efervescentes mudanças e que de alguma forma tem que acompanhá-las. Por isso, seu papel é mostrar aos seus educandos o contexto em que vivem e, para isto, precisa entendê-lo mais do que ninguém. Assim, teremos realmente

mediadores do conhecimento, pessoas que, de alguma forma, trocam aprendizados, vivências e experiências de seus alunos.

A pedagogia então vem, por meio de suas discussões, criar espaços para esses novos educadores, para que estes, assim, possam observar bem o papel da educação na sociedade em que vivem, a fim de que a ideologia do dominador não sobressaia e continue sendo reproduzida.

Gadotti (1983) coloca o papel transformador do educador em relação a uma Pedagogia do conflito que deve ser mudada para uma Pedagogia do diálogo. Os educadores, para modificar a realidade, devem iniciar por uma mudança interna, repensando sobre sua formação ética, profissional e pessoal e refletindo sempre na sua prática.

Educar nessa sociedade é "*tarefa de partido*", isto é, não educa realmente aquele que ignora o momento em que vive aquele que pensa estar alheio ao conflito que o cerca. É tarefa do partido porque não é possível o educador permanecer neutro: ou educa a favor dos privilégios da classe dominante ou contra eles, ou a favor das classes dominadas ou contra elas (GADOTTI, 1983, p. 75).

Na era da globalização, a profissão de educador enfrenta vários processos em seu percurso, que acabam implicando no exercício do seu ofício. Além da desvalorização da profissão, que fica evidente nas falas e comportamentos perante esses profissionais, confunde-se muito o papel e a função do educador.

Na contemporaneidade, muitas pessoas passaram para os profissionais da área de educação, a responsabilidade total de vários tipos de ensino (formal, informal e não formal) e não de apenas contribuir com o processo de aprendizado. São transferidas as responsabilidades e competências da formação integral do indivíduo, para esta classe de trabalhadores, colocando de alguma forma uma inversão ou total ascensão dos

papéis desempenhados por tais profissionais. O educador deve criar um novo paradigma para este cenário atual, modificando esta forma de pensamento e abrindo um grande e novo leque para novas vivências e experiências na sua atuação. Mostrando o verdadeiro sentido do ato de educar.

As situações problemas encontradas nas práticas destes educadores têm várias causas, desde as deficiências de organização do sistema educacional brasileiro até a prática individual de todas as pessoas. Em âmbito geral, a insatisfação dos educadores, no que diz respeito a um contexto tão desumano, é percebida na maioria dos lugares de atuação educacional. E ainda tem que ser responsável pela formação desses novos indivíduos a serem inseridos nessa sociedade. “Não é de outra maneira de agir dos professores quando estão ensinando, porém será que eles sabem disso? Na imagem da sua prática, eles estarão dando preferências à ação pensada, ditada pelo conhecimento ou pela razão?” (PERRENOUD, 1999, p. 56).

O papel do educador nos espaços educativos não escolares da educação não formal

Os educadores de um modo geral encontram em suas práticas educativas muitas dificuldades. Porém, além dos problemas de um cotidiano pedagógico convencional, os educadores que atuam nos espaços educativos não escolares têm outras problemáticas e outros paradigmas.

Para se obter um trabalho eficaz é necessário que os desejos, anseios e necessidades, de quem for atendido, sejam enfocados, assim como valorizado o universo cultural dos educandos. Então, a partir destas considerações, podemos realizar uma análise da formação e de diferentes possibilidades de atuação destes profissionais que lidam com a educação não formal.

O corpo docente que geralmente atua na área da educação não formal, como

educadores, não traz em sua formação acadêmica uma preparação para lidar com o público desta modalidade de ensino. Quando temos profissionais graduados em cursos superiores de formação docente, fica evidente que o conhecimento obtido na academia prepara para atuação na escola formal que exige uma postura pedagógica disciplinar e submissa.

O maior conflito gerado é exatamente em torno da atuação do professor que tem dificuldade em compreender que outras estratégias de ensino possibilitam uma relação educacional mais prazerosa, pois esta modalidade educacional não possui a mensuração do processo ensino-aprendizagem. Este espaço pedagógico deve ser visto pelo educador e educando como um local de possibilidades de conquistas, reflexões, conscientização e de transformação, como local que proporciona um crescimento do sujeito, de forma a contribuir na formação do indivíduo.

Considerando os modelos escolares adotados por estes professores, outro conflito faz-se presente, vinculado à prática proposta por eles,

de uma maneira geral não satisfazem mais aos adolescentes que exigem uma postura mais flexível onde haja uma troca, um aprendizado mútuo, pois eles não querem mais serem expectadores e sim fazer parte do espetáculo, ou seja, querem uma relação de igualdade, de respeito e são estas dificuldades na relação educador-educando que grande parte das vezes, o educador não consegue perceber outras dimensões do trabalho pedagógico que não seja a ensinar a técnica para qual foi contratado (GARCIA, 2001, p. 156).

Outro ponto que vale ressaltar diz respeito às estratégias de negociação que permeiam a efetivação das propostas de educação não formal uma vez que as pessoas que administram estas instituições nem sempre entendem ou estão de acordo com a proposta de governo. A insatisfação entre quem administra as instituições e as políticas públicas dificulta o encaminhamento e a efetivação de novas propostas, uma vez que nem sempre o governo tem clareza da

necessidade da comunidade, promovendo um processo contínuo de negociações, nas quais a parte que representa a administração da instituição obtém, em algumas vezes, êxito.

Outra dificuldade encontrada pelas instituições refere-se aos recursos destinados para a política social, que interferem no desenvolvimento de ações que precisam de material e recursos humanos. As instituições trabalham com poucos recursos, pois de certa forma não há um investimento satisfatório por parte dos governantes, por isso, faz-se necessário buscar parceria com o setor privado. Geralmente, estes parceiros estão apenas no âmbito econômico, não sendo uma parceria elaborada em comum acordo, no que diz respeito aos objetivos. Assim, as instituições têm que convencer a esta parcela da comunidade que o investimento trará uma imagem positiva e solidária à empresa, aumentando seus lucros, ou seja, uma troca de favores e não a conscientização do ato como algo que promoverá a transformação social.

A forma de inserção desses adolescentes que participam das atividades propostas pela instituição varia muito. Alguns visam os projetos como uma oportunidade de crescimento, outros como uma forma de passar o tempo. O que configura este grupo numa relação frágil, superficial, instável, prejudicando muitas vezes o desenvolvimento das atividades.

A falta de percepção e compreensão de alguns professores em fazer com que o grupo desinteressado, ou melhor, o grupo que ainda não viu nos projetos algo que possa lhe trazer benefícios, dificulta a ação da instituição no que cabe ao seu propósito maior, que é o de oferecer e propiciar espaços, condições materiais e pedagógicas, relações interpessoais para constituição de um centro de convivência que favoreça, propicie trocas e valorize os indivíduos.

A existência desses conflitos conduz a uma reflexão sobre a necessidade de buscar novas estratégias, possibilidades de atuação, trabalhar a afetividade com a clientela de

maneira a ajudar crianças e adolescentes a se transformarem em um cidadão que possa contribuir de forma mais efetiva com a sociedade.

Terceiro setor: o espaço da educação não formal

Os espaços educativos de ambientes não escolares começaram a se expandir no nosso país, com mais eficácia nas décadas de 80 e 90, depois do processo de redemocratização do Brasil. Na época da ditadura, todos os movimentos sociais se voltavam para a volta da democracia, e após isto acontecer, começou-se a luta específica de cada um desses movimentos.

Gonh (2003) cita o surgimento de novos movimentos sociais na década de 80, ligados principalmente às igrejas, o chamado de Teologia da Libertação. A população de modo geral, começou então a fazer indagações sobre o caráter dos novos movimentos populares, pois além destes ligados às religiões, surgiram movimentos em defesa das mulheres, meio ambiente, indígenas e retomaram os movimentos dos negros. Podemos verificar que, então, estas organizações iniciaram seu processo de legitimação social, a partir de bases sociais consideradas “minorias” na sociedade.

Motaño (2005), que aborda de forma mais específica a temática do terceiro setor, ressalta que esse segmento não faz parte de um fenômeno isolado, mas de movimentos e tendências ocorridos pelo capital e pelo sistema de organização social capitalista que ainda predomina na sociedade contemporânea. Inicia-se então uma nova estrutura de atuação da sociedade civil, que de alguma forma organizou-se para atender às demandas sociais que o Estado não conseguiu sanar.

Coloca então como sendo, primeiro setor: o Estado e todas suas ferramentas burocráticas; o mercado é o segundo setor, que é regido pelo primeiro, mas movimenta o funcionamento do capitalismo; as organizações da sociedade civil, sendo o terceiro setor. Portanto, esse que surgiu

na década de 80, no auge nos novos movimentos sociais, é formado por entidades, organizações e instituições filantrópicas, beneficentes e sociais de cunho públicas e/ou privadas. “Definiram-se como organizações do terceiro setor, aquelas que são: privadas, não governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária” (ACOTTO e MANZUR, 2000 apud MONTAÑO, 2005, p. 55).

Todas estas formas de organizações setoriais são sem fins lucrativos, que por ironia pertencem à sociedade civil, e ficam invisíveis pela sociedade capitalista, sendo vistas como último setor social. Quem faz parte deste setor da sociedade?

Para alguns, apenas incluem-se organizações formais (c.f. Salamon, apud Fernandes, 1994); para outros, contam até *atividades informais, individuais, ad hoc* (Fernandes, 1994); para alguns fundações empresariais seriam excluídas (Flacso, apud Acotto e Mazur); e outros casos, os sindicatos, os movimentos políticos insurgentes, as seitas etc, ora consideradas pertencentes, ora excluídas do conceito (MONTAÑO, 2005, p. 55).

Podemos citar como parte desse terceiro setor, um novo conjunto de organizações que começa seu reinado maior, na década de 90. As ONGs, ou Organizações Não Governamentais que começam a oferecer seus serviços à comunidade, fazendo parte do terceiro setor.

A diminuição dos movimentos sociais organizados foi proporcional ao crescimento e surgimento de redes de Organizações Não-Governamentais voltadas para o trabalho em parcerias com as populações pobres ou fora do mercado formal de trabalho. Uma nova estrutura [...] está sendo construída nos anos 90[...] Trata-se de soluções engendradas pelas ações coletivas populares [...] Esse novo cenário levou-nos ao interesse pelas ONGs [...] algumas mudanças no perfil das ONGs que atuam no Brasil nos anos 90[...] Ao lado e grandes entidades nacionais criadas recentemente encontramos inúmeras

entidades internacionais (GONH, 2003, p. 11-12).

De acordo com Montanõ (2005), ao longo do tempo as ONGs passam a ser financiadas por entidades de caráter governamental, ou ainda quando prestam de forma terceirizadas serviços para as esferas do poder público. Há vários tipos destas organizações, que atendem diferentes classes da sociedade e atuam de diversas maneiras.

Os Espaços Educativos Não Escolares, geralmente estão dentro do terceiro setor, principalmente presentes nas ONGs. Gonh (2003) cita que estas ONGs trazem dentro dos seus serviços esses espaços, são chamadas de caritativas, e realizam trabalhos de atendimento ao menor, às escolas de educação infantil e ao trabalho com a mulher e o idoso. Pode-se verificar, por exemplo, que “na área da educação infantil [...] as ONGs caritativas entraram em cena - estas foram as que mais se expandiram” (GONH, 2003, p. 11).

Além do atendimento à Educação Infantil, que recentemente em alguns lugares ganharam cara e formas organizacionais de instituições formais, temos também as ONGs que cuidam do atendimento não formal a crianças e adolescentes de 06 a 17 anos. É nestes locais e que está presente o novo molde de educadores não formais, que legalmente são vistos com simples prestadores de serviços para estas ONGs, mas fazem parte do quadro de profissionais da educação.

Em sua maioria, estes profissionais na educação não formalizada, possuem em seu cargo nomenclatura de instrutor e têm sua jornada de trabalho de 40 horas semanais. Possuem direitos trabalhistas como um empregado de uma empresa privada, tendo como base legal a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Assim, dispõe o art. 3º da CLT: empregada é toda pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Existem quatro elementos que caracterizam a relação de emprego: a personalidade (ou seja, é essencial que a própria pessoa preste o serviço), a continuidade (o serviço deve ser habitual, relacionando-se com as necessidades normais do empregador) e a remuneração (salário). Por isto, o educador do terceiro setor torna-se um empregado de uma empresa, sem especificidade do setor educacional, já que tem todas essas características.

O papel deste educador vai muito mais do que rege seu documento de função empregatícia. Ele é um profissional da educação envolvido em uma situação pedagógica bastante ampla, que compete não só à formação acadêmica, mas à contribuição no modo de vida e relacionamento dos seus educandos.

Considerações Finais

O estudo desenvolvido por este artigo trouxe-nos algumas reflexões sobre o tema abordado. A primeira refere-se à função, papel e principalmente à identidade do educador na contemporaneidade. Por meio da abordagem aqui repassada, do contexto social neoliberal em que vivemos, podemos pensar nos educadores como uma pessoa capaz de transmitir algumas informações e conhecimentos da ideologia presente.

Esta função educacional é válida tanto para as instituições formais e não formais de ensino escolar ou não. Podemos verificar que este profissional tem uma função social, cultural e política no processo de organização dos meios e contextos da sociedade. Vivendo em uma realidade que não valoriza sua relevância, o educador permeia, sofre vários aspectos de mudança de comportamento profissional, que agora não limita sua atuação somente nas escolas.

O educador contemporâneo, além de

ter múltiplas facetas, possui agora um leque de escolha em sua nova prática pedagógica. E fica evidente que ser educador é muito mais que transmitir conhecimentos, mas auxiliar na formação de novos indivíduos que serão inseridos e viverão no mundo pós-moderno.

Nas instituições educativas não escolares, que atualmente tornaram-se um novo campo de atuação dos pedagogos licenciados e outros profissionais ligados à educação, o educador passa a cumprir de forma mais humana e efetiva seu papel de mediador do conhecimento e formador de indivíduos pensantes. É nestes espaços que não são escolas em que se dá uma nova forma de educar mediante ao novo modelo social.

Neste novo campo, pode-se trabalhar um novo contexto educacional, em que o processo ensino-aprendizagem é significativo para toda a vida dos sujeitos envolvidos. Nestes lugares o educador pode passar muito mais que conteúdos e programas desenvolvidos pelos órgãos governamentais. Há uma relação de afetividade, da qual é muito importante para a formação do ser que qual conviverá com outras pessoas, assim realmente é formado um ser humano.

Em suma, devemos refletir sobre o caráter profissional do educador que atua nos espaços escolares ou não, e verificar seu papel na formação dos indivíduos sociais no século XXI. Podemos pensar que os profissionais, que atuam nas instituições não formais de ensino, superam muitas vezes à atuação dos professores do contexto educacional formalizado e sistematizado.

Torna-se então necessário valorizar o trabalho deste educador, seja ele atuante no ensino formal ou não formal. E a partir destas ações que temos um referencial para formar cidadãos críticos, reflexivos e criativos. E que essas pessoas possam de alguma forma, contribuir para melhoria crescente do mundo globalizado.

Referências

- AMUI, Selma. **Professor: Profissão ou Sina?** 1. ed. Araguari: Mina Editora, 1999.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996. **Lex:** Universidade Federal de Uberlândia, Seção e notas de Aparecida Portillo Baltazar, 1998.
- BRASIL. Decreto – lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, atualizado e acompanhado de notas á Legislação Correlata, da Legislação Trabalhista Especial de Regimento Interno do TST (excerto), de Súmulas do STF, STJ, TRF (em matéria trabalhista) e do TST (enunciados 1 a 363), de orientação jurisprudencial da SDI e da SDC e precedentes normativos do TST, e dos índices sistemático da CLT, Cronológicos da Legislação e Alfabético-Remissivos da CLT, da Legislação Completar e das Súmulas. Consolidação das Leis do Trabalho/obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina dos Santos e Livia Céspedes. São Paulo,SP,05 mai. 1943. Art. 3º, p.49-50
- CERVO; BERVIAN. **Metodologia.** Disponível em: < <http://www.eps.ufsc.br/disserta99/soares/cap5.html> >. Acesso em: 15 fev. 2009.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. **O educador: vida e morte.** 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- FERNANDES, Rubens Cesar. **Privado porém público: O terceiro setor na America Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á pratica educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRISON, L.M.B. **Auto Regulação da aprendizagem: a atuação dos pedagogos em espaços não escolares.** Programa de pós-graduação. 2006.344f. Dissertação (Mestrado em educação)- Faculdade de educação. Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://tedepurs.br/tebusca/arquivo.php?codArquivo=243>> Acesso em: 22 mar.2009
- GADOTTI, M. **Educação e poder: introdução a Pedagogia do conflito.** 1. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.
- _____. **Pedagogia da práxis.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.
- GARCIA, V. A. A Educação Não formal no âmbito do poder público: Avanços e Limites, In: SIMSON, O.R.M.V. (Org.). **Educação Não Formal: Cenários da Criação.** 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 29 a 38
- GONH, M.G.M. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade brasileira na era da globalização.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: criticas ao padrão emergente de intervenção social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médica Sul, 1999.
- SIMSON, O.R.M.V (Org.). **Educação Não Formal: Cenários da Criação.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Recebido em 5 de junho de 2009.

Aprovado em 20 de setembro de 2009.